Quercus quer mais fiscalização e legislação para veículos em fim de vida e equipamentos eletrónicos

17 de Maio, 2016

O reforço da fiscalização e a criação de nova legislação para a recolha de veículos em fim de vida e de equipamentos eletrónicos foram alguns desafios apontados hoje pela Quercus em matéria de reciclagem. Hoje assinala-se o Dia Internacional da Reciclagem e esta associação ambientalista sublinha que, apesar de ter existido uma evolução “muito grande” nos últimos anos, há ainda várias questões para as quais o Estado “tem de dar uma resposta urgente”.

Em declarações à agência Lusa num centro de Gestão e Reciclagem de Resíduos em Loures, Pedro Carteiro, da Quercus, defendeu a necessidade de o Estado legislar e reforçar a fiscalização em matéria de recolha de veículos em fim de vida, de equipamentos eletrónicos e de materiais de construção e demolição.

“No caso dos resíduos de construção e demolição sabemos que existe uma meta de reciclagem de 75% até 2020. A questão é que não sabemos quanto é que estamos a reciclar. O cenário é muito negro porque não sabemos o que estamos a fazer”, apontou o ambientalista.

Sobre a recolha de veículos em fim de vida, Pedro Carteiro alertou para o facto de não existirem metas estabelecidas, uma vez que se parte do princípio que todos os automóveis nesta situação são reencaminhados para unidades de abate e desmantelamento. “Quando se cancela a matrícula existe a emissão do certificado de destruição e só unidades licenciadas o podem fazer. Quando vamos constatar os dados verificamos que cerca de 30% dos veículos tem cancelamento de matrícula sem o certificado de destruição verdadeiro”, apontou.

O ambientalista referiu-se ainda ao tratamento de óleos minerais dos automóveis, queixando-se da existência de “circuitos ilegais” nesta atividade. “Os óleos minerais podem ser recolhidos para ser tratados para voltarem a ser utilizados novamente. Contudo, existem circuitos de gestão ilegal destes óleos e eles não estão a ser encaminhados para as unidades de regeneração”, alertou.

O circuito de recolha de equipamentos eletrónicos é outra das preocupações levantada pela Quercus, nomeadamente das arcas frigoríficas e dos frigoríficos, que podem contribuir para a “emissão de gases poluentes para a atmosfera”. “Dentro do circuito urbano 100% das arcas e frigoríficos que chegam às unidades para descontaminação e reciclagem chegam sem compressor e chapa. Isso quer dizer que para a atmosfera já migraram os chamados gases de refrigeração, como o CFCs (Clorofluorcarbonetos) e outros gases perigosos”, referiu.

Outra das medidas defendidas pela Quercus é o reforço dos incentivos à recolha seletiva porta à porta, que, segundo Pedro Carteiro, terá de se tornar mais eficiente. “Não se vê uma política a sério. No último relatório do Ministério do Ambiente só se fala nos ecopontos. É preciso uma ajuda vertida na legislação que incentive os municípios a desenvolver a recolha seletiva porta à porta”, defendeu.